



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Boa Governação - Transparência - Integridade

GOVERNAÇÃO EM 2026: RISCOS A MONITORAR NO SEGUNDO ANO DE GOVERNAÇÃO DE DANIEL CHAPO

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Maputo, 11 de Março de 2026

www.cipmoz.org

RISCOS A MONITORAR EM 2026

- Moçambique tem, neste momento, uma janela de oportunidade rara
- Receitas de gás que podem financiar uma geração inteira de desenvolvimento. Mas janelas fecham-se.
- O que este documento faz e o que cada um dos colegas que se seguem vão mostrar.
- Mapear com honestidade os riscos que podem transformar essa oportunidade numa promessa falhada.
- Não viemos aqui com alarmes. Viemos com diagnóstico e com medidas.
- Cada área, cada risco, cada solução.

RISCOS A MONITORAR NA INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Risco	Justificação económica	Probabilidade	Impacto	Principais medidas de mitigação
1. Escassez de divisas	Dependência de exportações extractivas e choques externos	Alta	Muito elevado	Gestão cambial transparente; reforço dos mecanismos de controlo aduaneiro e cambial
2. Opacidade das receitas do gás	Risco de decisões discricionárias e perda de confiança	Média–Alta	Muito elevado	Rastreabilidade pública; auditorias independentes
3. Atrasos nas auditorias	Erosão permanente da base tributária	Alta	Elevado	Calendário vinculativo de auditorias
4. Choques externos e preços	Queda de receitas e atrasos de investimento	Média–Alta	Elevado	Cenários conservadores; poupança contracíclica
5. Dupla subordinação institucional (GCRPE vs. INP/INAMI)	Criação de estrutura paralela de coordenação sem delimitação clara face a reguladores técnicos do extractivo; risco de fragmentação da cadeia de comando em contratos e auditorias	Média–Alta	Elevado	Clarificação normativa das competências; garantia de primazia técnica do INP em auditorias de custos; manutenção da independência do TA

RISCOS A MONITORAR NAS FINANÇAS PÚBLICAS

Risco	Justificação	Probabilidade	Impacto	Medidas de mitigação
1. Agravamento do défice fiscal	Vulnerabilidade das receitas fiscais a choques climáticos, aumento de despesas de emergência e redução do financiamento externo, pressionando o equilíbrio orçamental.	Média-Alta	Médio-Alto	Institucionalizar um quadro de financiamento do risco de desastres, expandir o seguro paramétrico para cheias e inundações e assegurar transparência na despesa de emergência e nos contratos públicos com a criação de uma lista curta de fornecedores de bens e serviços emergenciais, para servir de uma base credível de modo a evitar concursos pouco transparentes em épocas de emergências
2. Reestruturação da dívida pública	Crescente recurso à dívida interna para compensar défices persistentes e redução da ajuda externa, aumentando encargos financeiros e riscos de refinanciamento.	Alta	Alto	Promover consolidação fiscal credível, melhorar gestão dos benefícios fiscais, privilegiar financiamento concessional e reforçar coordenação entre política fiscal e monetária para limitar pressões sobre taxas de juro e liquidez.
3. Desvalorização cambial	Escassez de divisas no mercado formal e desalinhamento entre taxa oficial e mercado paralelo, criando incentivos à arbitragem cambial e pressão sobre reservas.	Alta	Alto	Tornar o regime cambial mais flexível com banda explícita e regras transparentes de intervenção, estimular exportações e a produção, simplificar procedimentos aduaneiros e diversificar a base exportadora para reduzir vulnerabilidade externa.
4. Sector Empresarial do Estado	Fragilidades de governação corporativa, captura político-partidária dos órgãos sociais e práticas de “portas giratórias”, com impacto no desempenho e risco de passivos contingentes para o Estado.	Alta	Médio-Alto	Estabelecer um quadro robusto de governação do SEE com critérios transparentes de selecção e nomeação de administradores, concursos públicos para cargos de direcção e criação de período de nojo para titulares de cargos políticos.

RISCOS A MONITORAR NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Risco	Justificação	Probabilidade	Impacto	Principais medidas de mitigação
1. Bloqueio no sistema de compra de medicamentos e produtos de saúde	Redução do financiamento externo; redução do orçamento interno alocado ao sector da saúde	Alta	Alto	Substituição progressiva do financiamento externo; fundo de contingência
2. Reconfiguração das redes de poder económico no procurement público	Contexto político de consolidação de poder	Alta	Alto	Transparência de beneficiários efectivos
3. Favorecimento selectivo de fornecedores através da Central de Aquisições do Estado	Concentração excessiva do poder decisório sobre processos de contratação pública numa única estrutura	Média	Alto	Supervisão independente; dados abertos
4. Uso excessivo do ajuste directo	Necessidade de reconstrução das infraestruturas sociais e reposição de serviços públicos condicionados pelos eventos climáticos extremos	Alta	Alto	Publicação imediata dos contratos; auditorias ex post
5. Encarecimento dos contratos públicos	Dívida do Estado aos fornecedores; atrasos nos pagamentos	Alta	Alto	Plano de pagamento da dívida; contratos com cabimento financeiro

RISCOS A MONITORAR NO SECTOR PRIVADO

Risco	Descrição do Risco	Impacto	Probabilidade	Medidas de Mitigação
Captura regulatória	Concentração de decisões regulatórias em mercados estratégicos,	Alto – Pode gerar distorções de preços, exclusão de operadores privados e perda de confiança institucional.	Média-Alta	Reforçar independência regulatória; transparência decisória; pareceres concorrenciais vinculativos.
Risco fiscal elevado e espaço orçamental limitado	Elevado peso da dívida pública e do serviço da dívida reduz margem fiscal para investimento produtivo.	Alto – Limita capacidade do Estado responder a choques e apoiar MPMes.	Alta	Consolidação fiscal inteligente; proteger despesa produtiva; controlo de passivos contingentes.
Restrição persistente de crédito ao sector privado	Baixa profundidade do crédito bancário, critérios colaterais rígidos e preferência bancária por títulos do Estado.	Alto – Reduz investimento, liquidez e sobrevivência das empresas.	Alta	Garantias públicas parciais; partilha de risco; incentivos ao crédito produtivo.
Dependência de sectores extractivos	Elevada concentração económica em gás, mineração e exploração florestal.	Médio-Alto – Vulnerabilidade a choques externos e volatilidade fiscal.	Média-Alta	Diversificação produtiva; fortalecimento de cadeias de valor nacionais.
Opacidade em PPPs e grandes projectos	Disclosure limitado em contratos, garantias públicas e passivos contingentes.	Alto – Pode gerar encargos fiscais futuros e reduzir confiança institucional.	Média-Alta	Divulgação integral de contratos; avaliação ex ante; monitoria contínua.
Pressões cambiais e reservas frágeis	Reservas internacionais vulneráveis e elevada dependência de importações.	Alto – Aumenta custos empresariais, inflação importada e incerteza cambial.	Alta	Gestão prudente de reservas; reforço exportador; redução da dependência importadora.

RISCOS A MONITORAR NA JUSTIÇA E BOA GOVERNAÇÃO

1. Necessidade de concurso público para a selecção do Inspector-geral do Estado
2. Digitalização dos serviços públicos Versus factor humano
3. Saída de Moçambique da lista cinzenta do GAFI – como garantir sustentabilidade?
4. Como garantir eficácia a superintendência da PGR sobre o SERNIC?
5. Como garantir que não haja corrupção e fraudes nos recursos financeiros doados para fazer face as calamidades?

RISCOS A MONITORAR NA INTEGRIDADE POLÍTICA

- **Subordinação do Executivo ao Partido.** A forte concentração de poder na Comissão Política da Frelimo limita a autonomia do Executivo e aumenta o risco de bloqueio ou condicionamento informal de decisões estratégicas do Governo.
- **Captura partidária das reformas.** Risco de sequestro de reformas estruturais e da possibilidade de aprovação de mudanças que preservem interesses partidários em detrimento de reformas institucionais genuínas.
- **Potencial instabilidade social.** Aprofundamento da crise económica, desemprego e das tensões políticas entre a Frelimo e a Anamola, combinado com a erosão da confiança pública das instituições, pode criar condições favoráveis à mobilização social e política em torno do partido Anamola.
- **Fragmentação da Renamo e ressurgimento dos Naparamas** podem favorecer a mobilização de antigos combatentes fora do controlo da liderança partidária e pode criar condições para reactivação de bases militares desativadas e para a emergência de focos localizados de violência política, sobretudo nas províncias da Zambézia e Nampula.
- **Erosão da autoridade do Estado e agravamento da crise humanitária:** A persistência da insurgência em Cabo Delgado enfraquece o controlo estatal, paralisa serviços públicos, aprofunda deslocações internas e deteriora a economia local e cria um ambiente de pobreza, insegurança e proliferação de actores armados que ameaçam a coesão social e a estabilidade institucional.

Membros com maior longevidade na Comissão Política (2002–2022) e sua nova composição 2022–2027

Nomes	Idade (2026)	2002-2007	2007-2012	2012 - 2017	2017 - 2022	2022 - 2027
Alberto Chipande	87	✓	✓	✓	✓	✓
Eneas Comiche	87	✓	✓	✓	✓	✓
Alcinda de Abreu	73	✓	✓	✓	✓	✓
Filipe Paunde	81	✓	✓	✓	✓	✓
Verónica Macamo	68	✓	✓	✓	✓	✓
Margarida Talapa	64	✓	✓	✓	✓	✓
Eduardo Mulémbwe	> 65	✓	✓	✓	✓	✗
Raimundo Pachinuapa	88	✓	✓	✓	✓	✗
Sérgio Pantie	> 50	✓	✓	✓	✓	✗
Conceita Sortuane	67	✓	✓	✓	✓	✗
Tomaz Salomão	72	✗	✗	✗	✓	✓
Nyeleti Mondlane	64	✗	✗	✗	✓	✓
Ana Comoana	66	✗	✗	✗	✗	✓
Damião José	> 50	✗	✗	✗	✗	✓
Francisco Mucanheia	> 50	✗	✗	✗	✗	✓
Celso Correia	48	✗	✗	✗	✗	✓
Amélia Muendane	61	✗	✗	✗	✗	✓
Esperança Bias	68	✗	✗	✗	✗	✓
Aires Ali	71	✗		✗	✓	✓

RISCOS A MONITORAR NA GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA

Risco a monitorar	Medidas de Mitigação
Ausência de reformas legais na descentralização provincial pós-CREMOD	Aprovar reformas legais baseadas nas recomendações da CREMOD
Permanente conflito de competências entre Governador e Secretário de Estado	Revisão dos Decretos 63/2020 e 64/2020 para clarificar competências
Ausência de regime fiscal provincial: governos provinciais totalmente dependentes do governo central	Criação de regime fiscal provincial progressivo e adaptado às assimetrias territoriais
Dependência e atrasos nas transferências fiscais para as autarquias locais (FCA e FIJA)	Estabelecer critérios transparentes e prazos legais para transferências
Risco de corrupção na contratação pública municipal: abuso de ajuste directo em reconstrução pos-calamidades naturais	Reforço da fiscalização, transparência e supervisão das UGEAs e assembleias municipais
Captura política das reformas da descentralização em sede da COTE	Garantir transparência do processo da COTE e participação institucional alargada

RISCOS A MONITORAR NA GOVERNAÇÃO AMBIENTAL

Vulnerabilidade Climática em Moçambique



AIM

Melhoria dos Sistemas de alerta precoce
Construção de Infraestruturas resilientes ao clima
Gestão sustentável da água e do solo

Mineração Predatória em Moçambique



Consultas públicas informadas e participativas
Recuperação ambiental e sistemas de tratamento
Fiscalização e responsabilização ambiental



A combinação entre a fraca resposta à vulnerabilidade climática e a má governação extractiva perpetuam um ciclo de destruição, degradação ambiental, conflitos sociais e problemas de saúde pública.

Promover boa governação ambiental é acima de tudo proteger as nossas vidas e das gerações vindouras

OBRIGADO(a)!



Baixe o estudo aqui!